

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ TÉCNICO INTEGRADO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE COMBUSTÍVEIS, DEMAIS DERIVADOS DE PETRÓLEO E BIOCOMBUSTÍVEIS – CT - CB

No dia trinta do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala Plenária do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia – MME, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília, DF e na Sala de Videoconferência do Escritório Central da ANP, situado no Rio de Janeiro, RJ, os membros do Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB) e convidados relacionados na lista em anexo realizaram sua 3ª Reunião Ordinária. Foi registrada a ausência de representantes do MMA, MAPA, MTPA, MF, SEPPI e MIDC.

A reunião foi iniciada pelo Sr. Secretário adjunto de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME, João José de Nora Souto, com as boas-vindas aos presentes, passando, em seguida, a noticiar a aprovação do Projeto de Lei do RenovaBio pela Câmara dos Deputados. Também informou que, com base no relatório apresentado, o CNPE decidirá acerca da revogação ou não da Resolução CNPE nº 04/2005. Em seguida, passou a palavra para o Sr. Cláudio Ishihara, Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo, que deu sequência aos trabalhos da pauta.

1 ASSUNTOS TRATADOS

1.1 Sobre os trabalhos em curso da Iniciativa Combustível Brasil

O Sr. Cláudio Ishihara (MME) anunciou os itens da pauta da reunião, que consistiu na submissão, para validação dos membros do CT-CB, do relatório de atividades desenvolvidas nos seus subcomitês temáticos. As apresentações dos subcomitês foram estruturadas em dois tópicos: (i) trabalhos realizados em 2017; (ii) situação atual dos trabalhos; (iii) próximas ações; (iv) cronograma; (v) discussão e aprovação dos trabalhos desenvolvidos.

1.2 SCT Abastecimento

A Sra. Maria Inês (ANP), coordenadora deste SCT, inicialmente destacou aos presentes que, no ano de 2017 foram avaliadas e trabalhadas as propostas 1, 16, 19, 27, 20 e 3.

Registrou que um dos destaques, referentes ao aprimoramento de mecanismos de monitoramento, foi a melhoria dos dados que são encaminhados à ANP (Sistema LUPA). O sistema encaminha informações sobre erros nas informações encaminhadas à ANP para que sejam, tempestivamente, efetivadas as correções. Informou também que o sistema está operacional para os mercados de solventes, asfaltos, TRRs, lubrificantes, distribuidores de líquidos, distribuidores de GLP, e é capaz de auditar e cruzar, de forma automática, as informações desses agentes, dos produtores de derivados, usinas de etanol e importadores de combustíveis. Os dados de auditoria referentes ao sistema, inclusive o cronograma das mesmas, estão no site da ANP.

Informou aos presentes sobre a realização e um estudo referente aos gargalos da logística de distribuição de GLP no País. Esse estudo resultou na Nota Técnica nº 411/2017/SAB-ANP, de 17/07/2017, a qual revelou algumas ações de médio e longo prazo que podem mitigar os riscos de falta do combustível.

Relatou como outro destaque, o trabalho de identificação de mercados regulados cujos marcos regulatórios estejam defasados (asfaltos, Resolução ANP nº 02/2005). Enfatizou a adaptação da regulação à nova configuração do mercado, de forma a ficar mais moderna, simples, flexível e menos burocrática.

Mencionou a Resolução ANP nº 67/2011, que trata da formação de estoques de operação, e que está em discussão final. Pode ser necessária a realização de nova consulta e audiência pública, caso haja alguma mudança relevante no texto aprovado.

Outro ato em processo de revisão é a Resolução ANP nº 17/2004, que trata do envio de dados para o SIMP que foi modificada, e que gerou um manual específico para cada agente regulado, de maneira a tornar mais simples a compreensão da forma de se declarar as informações à ANP. Essa revisão já passou pela diretoria e está autorizada a publicação.

Relatou a publicação da revisão das Resoluções ANP nº 49/2016 e nº 51/2016, que tratam, respectivamente de revenda e distribuição de GLP. Esclareceu que as mesmas tratam de assuntos polêmicos como a restrição de usos de GLP, bem como a diferenciação de preços entre o GLP residencial e o industrial. Mencionou também a revisão da Resolução ANP nº 10/2016 que trata dos Transportadores Revendedores Retalhistas na Navegação Interior, que precisa ser revisada e tem grande importância para a Região Norte do Brasil. Aduziu ainda que será colocada em consulta pública uma resolução que substitui um conjunto de portarias que são atos normativos de autorização e anuência de importações e exportações.

Informou também sobre o trabalho em conjunto com o subcomitê de infraestrutura para a formação de Grupo de Trabalho com representantes da ANP e da Antaq, visando a elaboração de Resolução Conjunta e procedimentos que viabilizem ações nos portos públicos para a garantia do abastecimento de combustíveis no país.

Lembrou ainda que ocorre a divulgação informações no site da ANP, para que seja possível sua utilização pelos agentes mercado com as publicações do Boletim Mensal de Lubrificantes, a partir de fevereiro de 2017 e do Relatório Bimestral de Resultados de Comércio Exterior, a partir de julho de 2017.

Pontuou a realização do *workshop* “Investimentos em Infraestrutura para GLP”, realizado em conjunto com o SCT Infraestrutura em 28/08/2017, que contou com a participação de diversos atores da cadeia e de importadores que apresentaram gargalos logísticos para a importação do GLP, onde também foram apresentadas alternativas de investimentos para melhoria da infraestrutura de recebimento do GLP importado.

Registrou, por fim a realização do *workshop* “O abastecimento de combustíveis no Brasil”, que teve como objetivos apresentar as ações realizadas e debater cenários e propostas para os desafios relacionados ao abastecimento nacional. Ressaltou que o evento contou com participantes de diversos setores da distribuição, produção e importação de combustíveis e biocombustíveis e que foram discutidos os temas projeção da demanda de óleo diesel e ciclo Otto, o mercado de combustíveis, gargalos logísticos no Brasil, os desafios para o abastecimento desses combustíveis na Região

Norte, evolução do mercado de diesel e gasolina, a importação de combustíveis no Nordeste e no Sudeste, desafios para o abastecimento de GLP e o abastecimento de asfalto.

Propôs, dadas as informações levantadas e solicitações dos participantes no seminário denominado *Os desafios dos combustíveis de aviação*, realizado em 27/11/2017 na ANP no Rio de Janeiro, que fosse incorporado esse tema no âmbito do CT-CB.

Na proposta de trabalho para os próximos seis meses incluiu: (i) revisão da Resolução ANP nº 58/2014 até junho/2018; (ii) publicação da Resolução conjunta ANP – Antaq até junho/2018; (iii) estudo sobre o impacto da mudança no abastecimento de gasolina e de óleo diesel até abril/2018; (iv) reavaliação das restrições de outros usos de GLP até fevereiro/2018; (v) estudo - Fomento à formulação de combustíveis, produção local de óleos lubrificantes básicos e outros derivados até junho/2018.

A Srª Beatrice (Casa Civil) mencionou o art. 16 da Lei dos Portos, alertando que o Poder Concedente é o MTPA, e que o GT não o menciona.

A Srª Maria Inês esclareceu que o MTPA tem participado de reuniões com frequência e opinado.

Aberta a palavra aos demais, o Sr. Leandro (Sindicom) perguntou sobre qual documento relataria a organização do processo licitatório do Porto de Miramar (Nota Técnica, etc.) e se tal documento seria disponibilizado para os demais agentes.

A Srª Maria Inês esclareceu que foi elaborada resposta à Antaq alinhada a tudo o que foi discutido e colocado na SEPPI.

O Sr. Leandro comentou sobre um estudo de oferta e demanda que está sendo atualizado pela EPE no horizonte de 2025 a 2030. Perguntou se é possível que esse estudo seja atualizado pela EPE com participação dos agentes e mercado.

A Srª Inês disse que esse estudo não está no escopo do Combustível Brasil, mas que é possível e desejável que se use os *inputs* fornecidos pelos agentes para refinar a precisão de seus resultados.

O Sr. Cláudio completou, esclarecendo que todo ano é editada uma versão do PDE e ponderando que o último publicado foi repensado e está com uma proposta mais realista, mas que o trabalho é feito em conjunto com a ANP, o MME e a EPE e que contribuições para sua melhoria são bem-vindas.

O Sr. Pierre (Estado do MA) explanou que o Estado do Maranhão está realizando estudos para ampliação de sua infraestrutura de forma integrada ao PDE.

O Sr. Sérgio Massilon (Brasilcom) questionou o fato de informações referentes aos *workshops* e reuniões do SCT Abastecimento não estarem na página do Combustível Brasil. Sugeriu que todas as informações deveriam estar concentradas nessa página.

A Srª Maria Inês esclareceu que devido a um problema no computador utilizado no evento do dia 13/11/2017, os arquivos ficaram indisponíveis. Contudo, tão logo sejam recuperadas, as apresentações serão disponibilizadas. Sobre a ação junto à ANAC referente ao evento do dia 27/11/2017, aguardava-se a aprovação da inclusão desse tema na agenda do CT-CB.

O Sr. Cláudio propôs a aprovação do relatório do SCT Abastecimento e todos os presentes concordaram.

1.3 SCT Concorrência e competitividade

O SCT Concorrência e Competitividade, coordenado pelo Sr. Bruno Caselli (ANP), apresentou a proposta tratada em 2017. Lembrou que a proposta 26 foi priorizada (*Elaborar nova resolução do CNPE para reconhecer, como de interesse para a política energética nacional, programas de acesso ao consumo do GLP destinado ao uso doméstico e acondicionado em recipientes transportáveis de capacidade de até 13 kg para consumidores de baixa renda, reforçando o conceito de que incentivos governamentais ocorrem exclusivamente com previsão específica no orçamento público. Adicionalmente, propor a revogação da Resolução CNPE nº 4/2005, que reconhece como de interesse para a política energética nacional a prática de preços diferenciados para o GLP*). Lembrou que o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) teve importante papel na elaboração dos estudos que fundamentam o relatório

Destacou a realização do *workshop* em 31/10/2017, que trouxe novas informações para os estudos. Explicou que a análise consistiu em uma contextualização, impactos no ambiente de negócios, impactos na população, bem como eventuais programas de acesso ao GLP para população de baixa renda.

Explicou que as medidas de diferenciação de preços contribuíram para o acesso ao consumo pela população de baixa renda. Porém, a diferenciação degrada o ambiente de negócios do setor, traz riscos de comprometimento da oferta de GLP e geração de uma crise de abastecimento.

Mencionou os efeitos esperados com a eventual revogação da resolução CNPE nº 04/2005, sendo estes: (i) redução de assimetrias; (ii) ingresso de novos agentes; (iii) aumento da atratividade do negócio e da concorrência; e (iv) possível elevação de preços.

Explanou as recomendações do relatório do SCT Concorrência e Competitividade, que são: (i) revogar a Resolução nº 04/2005; (ii) elaborar estudo de impactos na população de baixa renda; (iii) em caso de não revogação da Resolução CNPE nº 04/2005, reavaliar o art. 22 da Resolução ANP nº 49/2016, que regulamenta o disposto na Resolução CNPE nº 04/2005.

Como próximos passos a serem desenvolvidos no primeiro semestre de 2018, apresentou o cronograma, com destaque para as propostas 21 (*Aperfeiçoar os mecanismos regulatórios de incentivos e de definição de condicionantes para atuação dos agentes de mercado, quando necessário, tendo como objetivo a promoção da concorrência, a mitigação das falhas e a prevenção do abuso de poder de mercado*) e 23 (*Aperfeiçoar a atuação regulatória de modo a evitar cláusulas contratuais potencialmente danosas à concorrência e/ou que afetem a garantia do suprimento de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo*). Além disso, propôs um aperfeiçoamento da relação ANP-CADE.

O Sr. Cláudio sugeriu que a proposta 24 (*Realizar estudos de modo a avaliar o nível de concentração em mercados relevantes com o intuito de subsidiar as decisões das autoridades competentes nas análises da atuação dos agentes e dos atos de concentração, incluindo possíveis desinvestimentos da Petrobras*) fosse incluída, pois envolve assuntos que são tratados pelo CADE.

O Sr. Sérgio Bandeira (Sindicatas) manifestou-se para dizer que caso não seja revogada a Resolução CNPE nº 04/2005, roga ao Comitê a revogação do art. 22 da Resolução ANP nº 49/2016. Foi enfático em dizer que, caso nada seja feito, não se chame mais os agentes para falar em investimentos, pois foi despendido grande esforço nos trabalhos do Combustível Brasil e a frustração comprometeria o ambiente de negócios.

Ao que o Sr. Cláudio esclareceu que os estudos visando a revogação da Resolução CNPE nº 04/2005 estão em andamento.

O Sr. Bruno complementou sua fala esclarecendo que o SCT Concorrência e Competitividade fez uma avaliação completa, mas a decisão é de ordem política. Aduziu que os fundamentos e elementos apresentados permitirão a melhor decisão ao CNPE, ponderando todos os aspectos positivos e negativos.

O Sr. Cláudio propôs a aprovação do relatório do SCT Concorrência e Competitividade e todos os presentes concordaram.

1.4 SCT Infraestrutura

O coordenador deste SCT, Sr. Luiz Theodoro (MME), explicou que a organização dos trabalhos foi baseada na expectativa de resultados: (curto prazo em 2017 e médio prazo em 2018).

Esclareceu que, para 2017, foram realizadas tratativas com órgãos de governo referentes às licitações dos portos, arrendamentos e normas visando a otimização dos serviços nos terminais.

Destacou a proposta 13 (*Articular com os órgãos responsáveis pela concessão do setor portuário nacional para concluir as licitações iniciadas e realizar novas licitações de áreas de armazenamento de combustíveis nos portos a fim de estimular novos investimentos em terminais*), cujo resultado para 2017 foi o encaminhamento à Antaq da Nota Técnica nº 529/2017/SAB-ANP com o posicionamento sobre os portos prioritários para processos licitatórios.

Por seu turno, a proposta 7 (*Analisar e propor mecanismos para que os procedimentos licitatórios de arrendamentos de instalações portuárias em portos organizados sejam convergentes com os interesses do abastecimento nacional de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, de modo que a participação da ANP ocorra em várias das etapas preparatórias até a publicação do edital, em especial na fase de planejamento das áreas a serem arrendadas*), teve como resultado, também em 2017, a proposta de acordos ANP X Antaq para: (i) atender a lei dos portos em assuntos de interesse do abastecimento de combustíveis; (ii) elaborar proposta de portaria ao MTPA para priorizar atracação de navios de combustíveis. Os trabalhos, no momento, se desenvolvem no âmbito das competências das duas instituições.

Com relação às propostas para 2018, o Sr. Luiz Theodoro relatou que o subcomitê realizou um *workshop* no dia 26/10/2017. Foram tratadas com todos os agentes as 9 propostas do Combustível Brasil previstas para serem trabalhadas pelo SCT no próximo ano. Também foram coletadas sugestões de encaminhamentos a serem considerados pelo SCT quando das tratativas a serem dedicadas a cada uma

delas, ao longo de 2018. Também foi proposto um planejamento para os trabalhos do SCT para 2018.

Como próximas etapas previstas para 2018 foram citadas: (i) a oficialização do GT ANP-ANTAQ, (ii) avaliação das sugestões do *workshop* e (iii) articulação com os agentes envolvidos para o encaminhamento das 9 propostas restantes.

O Sr. José Agostinho (Petrobras) ressaltou que a questão ambiental deve ser priorizada.

O Sr. Pierre Januário disse que as questões ambientais têm causado alguns problemas, mas que o Estado tem buscado uma intensa articulação com os órgãos buscando soluções e desembaraços. Elogiou os trabalhos do Subcomitê e se colocou à disposição para as próximas reuniões.

O Sr. Cláudio propôs a aprovação do relatório do SCT Infraestrutura, com o que todos concordaram.

1.5 SCT Tributação

O trabalho do SCT Tributação foi apresentado pelo Sr. Guilherme (EPE), que iniciou sua apresentação com os temas que envolvem as propostas a cargo de seu subcomitê, sendo estes: (i) bitributação sobre o GLP; (ii) tratamento tributário isonômico nas UF; (iii) simplificação e harmonização tributárias; (iv) impacto da tributação sobre a eficiência na produção e distribuição e (iv) avaliação de formas de estímulo à atividade de rerrefino por meio da tributação.

Explicou que a questão objeto do trabalho era: *Como separar as parcelas dos volumes GLP (derivado de Petróleo ou oriundo do processamento do Gás Natural) que são transacionados mensalmente entre as UFs?*

Isso porque a não uniformização do tratamento tributário acarreta distorções na formação de preços do GLP, com impactos na própria receita fiscal das UFs, no segmento de distribuição e com potenciais reflexos sobre o consumidor.

Esclareceu que, desde 2003, há iniciativas que buscam definir uma metodologia. A primeira delas, em 2003, foi o Protocolo ICMS nº 33/2003, o qual definiu que o volume transacionado deveria ser percentualmente constituído de GLP e GLGN conforme os percentuais calculados dos recebimentos de GLP e GLGN entre as UFs, tendo como referência o mês imediatamente anterior.

Pontuou que, atualmente, está vigente o Protocolo ICMS nº 4/2014, com a adesão de 23 das 27 UFs. O mesmo definiu que o volume transacionado deve ser percentualmente constituído de GLP e GLGN conforme os percentuais calculados dos recebimentos de GLP e GLGN entre as UFs, por média móvel dos últimos 3 meses.

Esclareceu que os estados do ES, PB e RR, bem como o DF, estavam indecisos e aguardando a decisão da ADI nº 3800/2006. Porém, em 09/11/2017, o STF extinguiu a ADI e como consequência, tem-se a abertura de caminho para novos diálogos.

Como resultados de 2017, ressaltou a apresentação do Combustível Brasil e do Subcomitê de Tributação em reunião do Confaz, realizada em 05/10/2017 e a consequente criação do Subgrupo Acompanhamento Programa Combustível Brasil, sob a coordenação do Estado do Rio de Janeiro. Por meio dele, as UFs poderão enviar

propostas de assuntos para serem discutidos no âmbito do Comitê ao coordenador do Subgrupo.

Também mereceram destaque o indicativo de adesão do Estado do Espírito Santo ao Protocolo ICMS nº 4/2014 nas próximas reuniões do Cotepe, bem como o Indicativo de reavaliação do DF e da PB quanto à adesão, à luz das informações apresentadas pelo SCT Tributação.

O Sr. Guilherme informou também que a elaboração pelos integrantes do subcomitê de um relatório final sobre a tributação do GLP de UPGN, a ser entregue e validado pelo CNPE.

O Sr. Cláudio esclareceu que o GT-05 do CONFAZ já sinalizou com algumas propostas que dependiam de validação junto àquele Conselho. Registrou que houve uma reunião com representantes do DF que informaram que com a queda da ADIN iriam reavaliar a questão. Os membros do Comitê devem se esforçar para mostrar que se trata de um pleito de todo o setor.

O Sr. Sérgio bandeira fez elogios ao SCT Tributação, devido ao seu esforço em estudar um tema árido e distante dos combustíveis, destacando a consistência e a profundidade com que o assunto foi abordado.

O Sr. Cláudio propôs a aprovação do Relatório do SCT Tributação, condicionando o mesmo à apresentação do Plano de Trabalho e o Cronograma para 2018, com o que todos concordaram.

2 INFORMES E DELIBERAÇÕES

- 2.1 O Sr. Cláudio informou que será apresentado o relatório consolidado ao CNPE em atendimento à Resolução CNPE nº 15/2017 no dia 07/12/2017 e que, após aprovação, o mesmo será disponibilizado no site.
- 2.2 A próxima reunião do CT-CB será realizada no dia 24/05/2018.

3 ANEXOS

- 3.1 Lista de Presença da 3ª Reunião Ordinária do CT-CB

CLÁUDIO AKIO ISHIHARA

Coordenador do Comitê CT-CB

LUIZ CARLOS LISBOA THEODORO

Coordenador Substituto do Comitê CT-CB

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DEPARTAMENTO DE COMBUSTÍVEIS DERIVADOS DE PETRÓLEO

[CT-CB] 3ª Reunião Ordinária Combustível Brasil CT-CB

HORÁRIO: 14h30

LOCAL: Sala Plenária

DATA: 30/11/2017

<u>NOME</u>	<u>EMPRESA/CARGO</u>	<u>E-MAIL</u>	<u>TELEFONE/FAX</u>
Edie ANDREASTO JUNIOR	MME/SPG/DCDP	edie.junior@mme.gov.br	(61) 2032-5492
Leolino Barros do Amaral	Umbelino Lobo/SIND/GAS	leolino@umbelino.com.br	61 3364-7355
MARCEL MACIEL	SIND TRR/ADV.	MARCEL@sindtrr.com.br	(11) 98434-5034
CAIO SANCHES	SIND TRR /	CAIO@CARBOROIL.COM.BR	(11) 20678811
FELIPE OPPELT	Umbelino	felipe.omei@umbelino.com.br	(61) 3364-1355
KARLA BRANDQUINHO DOS SANTOS	MME/SPG/DCDP	KARLA.GONZAGA@mme.gov.br	(61) 2032-5542
MARLON ARRARES JARDIM	MME/SPG/DBIO	MARLON.ARRARES@mme.gov.br	(61) 2032-5509
JOAO AFRUM FILHO	PETROBRAS	cafrumi@petrobras.com.br	21 995797855
CARLOS A. GRATTI	PETROBRAS	GRATTI@PETROBRAS.COM.BR	(61) 991361765
FLAVIO TOJAL	PETROBRAS	tojal@petrobras.com.br	(21) 2166-3242
DANIELLO DALLA MAESTRI	PETROBRAS	DMAESTRI@PETROBRAS.COM.BR	21 2166-6291

NOME	EMPRESA/CARGO	E-MAIL	TELEFONE/FAX
JOSE AGOSTINHO DE LARA VILCA NETO	PETROBRAS / GENNIE	josevillca@petrobras.com.br	21 (7166-6808
Charles Rodrigues	Petrobras / Consultor	souza.evanielo@petrobras.com.br	(61) 3229-2208
PEDRO CELSO R. FONSECA	SEPLAN / MP	pedro.rfonseca@planejamento.gov.br	(61) 2020-5641
Beatrice Valle	Subchefe Oculista / CC	beatricevalle@presidencia.gov.br	3411.14.53
Daniela Marques	Assessor SAG / CC	daniela.marques@presidencia.gov.br	3411-2230
Julio Cesar Minelli	Dir. Superintendente APROBIO	julio.minelli@aprobio.com.br	(11) 97565-9678
SERGIO MASSILLON	BRASILCOM	SERGIO.MASSILLON@BRASILCOM.COM.BR	(21) 99559-2978
JOEGU INFURNA	BRASILCOM	infurna@brasilcom.com.br	(21) 9.9810.8020
Altino Marques	SINDICOM	ALTINO@SINDICOM.COM.BR	(21) 2122-7650
Sergio Beldeiro	SINDIGAS	Sergio@sindicatas.org.br	(21) 98188-0888
JACOBERTO D. PIUOTO	TECOMPAR / SIALPAR	Jacoberto@grupocpa.com.br	(44) 999611733
Arlindo Moreira Filho	PETROBRAS / DRGN / PRM	arlindom@petrobras.com.br	(21) 983067533
CARLOS HENRIQUE KESAN	CATTALINI TERMINDIS	CARLOS@CATTALINI TERMINDIS.COM.BR	(41) 99479-9971
CARLOS KOPITZKE	ABTL	carlos.kopitzke@abtl.org.br	(13) 32228389

NOME	EMPRESA/CARGO	E-MAIL	TELEFONE/FAX
SERGIO S. ARAUJO	ABICOM / PRESIDENTE EXEC.	sergio@abicom.com.br	21-994537182
SERGIO BEATRÃO	UBRABIO - DIR. EXEC.	diretoria@ubrabi.com.br	61 21044411
Sabrina Celso	Petrobras	sabrinacelso@petrobras.com	21996334645
Márcio Márcio	Abiove / GERENTE	marcio@abiove.org.br	61 981573883
MARIA INÊS	ANP	mines@anp.gov.br	21 21128700
BRUNO CASELLI	ANP	bcaselli@anp.gov.br	(21) 2112-8326
MARCOS F F SOUZA	EPE	marcos.souza@epet.gov.br	21 993859181
Pierre Januário	SEPE	pierrebm@gmail.com	(98) 988181220
LUIZ THEODORO	MME/SPG/DCDP	LUIZ.THEODORO@MME.GOV.BR	(61) 20325971
CLÁUDIO A. ISHIBARA	"	claudio.ishibara@mme.gov.br	(61) 2032-5848
ALEXAUDRE LOYO	MF/SEAE	ALEXANDRE.LOYO@FAZENDA.GOV.BR	(61) 34121948
Umberto Mattei	MME/SPG	umberto.mattei@mme.gov.br	(61) 20325346
DEIVSON M. TIMBÓ	MME/SPG/DCDP	deivson.timbo@mme.gov.br	(61) 20325341

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA, ESTUDOS E REGULAÇÃO ECONÔMICA

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DO DIA 30/11/2017 - ANP / EPE / MME

ASSUNTO: 3ª Reunião Ordinária deste CT-CB (MME)

Sala de videoconferência do 21º andar

NOME	E.MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
Bruno Caselli	bcaselli@anp.gov.br	(21) 2112-8340	Em Brasília
Alice Kinue	apinho@anp.gov.br	(21) 2112-8358	Alice Kinue
Maria Tereza Alves	mfilha@anp.gov.br	(21) 3797-6350	Maria Tereza Alves
Bruno Stukart	bruno.stukart@epe.gov.br	(21) 3512-3236	Bruno Stukart
Carlos Pacheco	carlos.a.pacheco@epe.gov.br	(21) 3512-3274	Carlos Pacheco
Marcelo Cavalcanti	marcelo.cavalcanti@epe.gov.br	(21) 3512-3298	Marcelo Cavalcanti
RAFAEL MORA DA MATA	rafael.mora@epe.gov.br	(21) 3512-3312	Rafael Mora da Mata
JOSE GUTMAN	JGUTMAN@ANP.GOV.BR	(21) 2112-8126	Jose Gutman
GABRIEL DA SILVA A. JORGE	GABRIEL.JORGE@EPE.GOV.BR	(21) 3512-3231	Gabriel da Silva A. Jorge
CARLOS EDUARDO R. M. LIMA	carlos.lima@epe.gov.br	(21) 3512-3463	Carlos Eduardo R. M. Lima
GUILHERME THOLEN ANTONIASSI	GUILHERME.ANTONIASSI@EPE.GOV.BR	(21) 3512-3463	Guilherme Tholen Antoniasse
FILIPE DE PAIVA F. SILVA	FILIPE.SILVA@EPE.GOV.BR	(21) 3512-3126	Filipe de Paiva F. Silva
LEANDRO SILVA	Leandro@sindicom.com.br	(21) 996524710	Leandro Silva